

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR, E OS SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.

Sandra Siqueira da SILVA¹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de fazer uma breve exposição sobre a mercantilização do ensino superior, as políticas de expansão do mesmo, e as implicações de tal processo. Tais medidas acabam por tratar a educação como mercadoria. No contexto atual de flexibilização das relações do trabalho a EAD vem se tornando cada vez mais necessária para atender as exigências destas novas configurações do mundo do trabalho. Uma alternativa aplicável diante do atual contexto neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Flexibilização. Educação a distância. Trabalho.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o ensino superior tem vivido grandes desafios. Segundo Leher (2003), Lima (2003) e Dourado et al. (2003) a partir dos governos neoliberais, ocorreram as políticas de expansão do ensino superior, chefiadas pelos organismos internacionais. Dentro deste cenário e com os investimentos governamentais cortados, conforme Santos (2004) a Universidade vive a sua crise hegemônica, institucional e de legitimidade. Este é, portanto, o momento e o campo propício para a implementação da Educação a Distância. Neste trabalho será abordada a UAB - Universidade Aberta do Brasil, o trabalho docente e as relações trabalhistas dentro da mesma, que segundo Cavalcanti (2009) se tornaram precarizadas e flexibilizadas devido ao modelo de gestão adotado, através da exclusão do vínculo empregatício, com o pagamento de bolsas aos docentes. Neste contexto, o trabalho docente compreende agora novas configurações.

Então, como conseguir qualidade na educação superior, e ainda atender as exigências do mercado? Qual o papel e os interesses desta nova modalidade de ensino? Como se processam as relações trabalhistas dentro da UAB, quais as atividades desempenhadas por professores e tutores, e a relação destes com a instituição? Onde os trabalhadores recebem bolsas, excluindo-se a os benefícios de seguro desemprego, férias, décimo terceiro salário.

¹ Bolsista CAPES. Mestranda em Desenvolvimento Social. Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros - Pós Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros – MG – Brasil. 39401-089 - liiiiibra@yahoo.com.br

Professores especialistas e mestres trabalhando para receber pouco mais de um salário mínimo, na condição de tutores. Entender tais questões é a proposta do presente trabalho, compreender a crise da profissionalização docente, e a precarização do trabalho e do ensino.

O Ensino superior no contexto atual e os impactos da atuação dos organismos internacionais nas políticas de expansão do ensino.

O atual contexto por nós vivenciado resulta de sucessivas crises do sistema capitalista. Dourado et al. (2003) chama atenção para o período compreendido a partir da década de 70 com a crise do Estado de bem-estar, juntamente com o modelo fordista-taylorista de produção. A implantação da acumulação de capital; somadas as políticas neoliberais que pregavam um mercado competitivo e auto-regulador, principalmente a partir da década de 90. Neste cenário de transformações, ocorre a reforma no campo educacional no Brasil, com o auxílio dos organismos internacionais.

As políticas neoliberais iniciaram no governo Collor. Mas, foram amplamente implementadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste governo para a reestruturação da “[...] **educação superior foi adotada como política visando à expansão da educação superior em função da demanda crescente de vagas, por meio de mecanismos que objetivam a massificação desse nível de ensino.**” (DOURADO, et al., 2003, p.22, grifo nosso). Ou seja, o compromisso deste governo não era com a qualidade da educação, mas sim com o mercado, e para este quanto menos instrução e pensamento crítico tiverem os trabalhadores, é o desejável.

A diversificação e diferenciação das instituições e da oferta de cursos, de nível superior, pela expansão acelerada de vagas, especialmente nas IES do setor privado, pelo ajustamento das IES públicas a uma perspectiva gerencialista, produtivista e mercantilizadora e pela reconfiguração e implementação de um amplo sistema de avaliação, centrado nos produtos acadêmicos, por meio de testes estandardizados que ampliaram a competição no sistema. (DOURADO, 2003, p.20).

Para Leher (2003) a união entre o PFL e PSDB, representantes da burguesia nacional, permitiu a implantação das medidas advogadas pelo Consenso de Washington, com o auxílio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Que elaboraram programas para os países endividados se ajustarem, fazendo com que todos se tornassem reféns dos empréstimos

contraídos. Segundo Leher (1999 apud LIMA, 2003) a renegociação da dívida externa é condicionada a aprovação destes órgãos, a partir das políticas de estabilidade econômica e ajuste estrutural. Fazendo-se necessária a reforma do Estado juntamente com a reforma educacional brasileira. Desta forma, a ação contínua destes organismos internacionais resulta da mutação da educação tida como bem público, para a aplicação da educação como mercadoria.

Para Lima (2002) este falso processo de democratização envolve o aumento dos índices de escolarização, encobrindo o fato que está implícito na adesão das políticas dos organismos internacionais, a certificação em grande escala. Estas políticas de expansão do ensino superior nos países subdesenvolvidos comandada pelos organismos internacionais, FMI, Banco Mundial, tiveram grande sucesso ao serem implementadas no Brasil devido a um conjunto de crises vivenciadas pela Universidade e muito bem detalhadas por Boaventura de Souza Santos.

Segundo o referido autor, em seu livro *A universidade no século XXI* (SANTOS, 2004), esta instituição no mundo hodierno passa por três crises: de hegemonia, de legitimidade e institucional. No campo da hegemonia, a crise se instala a partir do momento em que a mesma deixa de ser a única instituição que tem o domínio do ensino superior e da pesquisa. Os conhecimentos voltados para as elites, desde a idade média como a cultura, o pensamento crítico e a formação humanística, precisam ser substituídos por conhecimentos instrumentais, que atendam as atuais exigências do mercado, de formar mão-de-obra para ser absorvida pelo mesmo. A importância não está mais na preparação omnilateral como era pregada por Gramsci, mas desloca-se para treinar o indivíduo para que este possa se adequar ao mercado.

Devido à reconfiguração das exigências educacionais; a menor demanda científica tecnológica e cultural não requer instituições de alta qualidade. Assim, as empresas educacionais poderiam ser criadas sem a necessidade de grandes investimentos [...]. (LEHER, 2003, p.81).

Descaracterizada e convivendo com funções tão contraditórias a universidade entra na crise hegemônica. Em relação à legitimidade, a grande questão é relativa à hierarquia dos saberes especializados, “[...] através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes

populares, por outro.” (SANTOS, 2004, p.9). Ou seja, esta crise é caracterizada pela crescente segmentação das universidades e pela desvalorização dos diplomas expedidos pelas mesmas.

E por fim, a crise institucional se instala quando há a oposição entre a instituição requerendo a sua autonomia em oposição às exigências da lógica da produtividade. Esta crise acentuou-se nos últimos vinte anos, e ocorre porque a Universidade deixou de ter prioridade nas políticas públicas do Estado. E para se adaptar a nova realidade imposta, a Universidade necessitou buscar financiamento no mercado, resultando na desestruturação e descapitalização da mesma, fato que resultou na mercadorização da Universidade:

O primeiro nível de mercadorização consiste em induzir a universidade pública a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias através de parcerias com o capital, sobretudo industrial. [...] O segundo nível consiste em eliminar tendencialmente a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes. (SANTOS, 2004, p.18-19).

Neste contexto de retração de investimentos estatais no setor educacional, seja no campo financeiro como em políticas públicas voltadas para o ensino público superior, a educação perde o seu valor como bem público e dever do Estado, para se tornar valor de troca e valor de uso, torna-se mercadoria, que é comercializada, barganhada segundo os interesses dos empresários do setor, é ofertada para atender a todos os públicos. A partir deste momento surgem as universidades compromissadas com a satisfação do cliente.

A privatização é um processo muito mais profundo do que os estudiosos e sindicalistas previam há duas décadas. Mais do que a cobrança de mensalidades, *tout court*, invade todas as esferas da vida social, esculpindo um renovado território em que também a educação é *fast food*. Há confluência de interesses entre os grupos empresariais e suas entidades, o governo e os organismos internacionais. (LEHER, 2003, p.92).

Como a universidade já estava em uma situação delicada internamente, não pode intervir diante das novas imposições externas a ela decretadas. Com os governos cortando cada vez mais o repasse dos recursos, incentivando a proliferação de instituições de ensino privadas e implantando a cartilha do consenso de Washington, pouco restou à universidade pública. Esta para se manter de pé busca parcerias com empresas e instituições de fomento a pesquisa. Pois o seu compromisso é com a ética e a formação do cidadão crítico e reflexivo, e não apenas treinar mão-de-obra para o mercado; a educação como o bem público e não como

mercadoria. Diante do atual contexto e das condições mencionadas acima advindas com o mesmo, este é o grande desafio que as universidades precisam enfrentar: conseguir qualidade na educação superior, e atender as exigências impostas pelo mercado.

Educação a Distância: precarização e flexibilização do trabalho docente.

O trabalho docente, de acordo com Isaia (2006) é um processo complexo que é construído ao longo da trajetória docente. Neste trajeto, os professores encontram com algumas questões que irão acompanhar sua carreira continuamente, como: a falta de valorização profissional, cobranças institucionais quanto à titulação e produtividade, a angústia pedagógica entendida pela junção de sentimentos de solidão, desamparo e despreparo; dentre outros. Desta forma, é importante ressaltar que esta situação vivenciada pelos docentes, é combinada com o contexto social, político e institucional de transformações em que se passam as universidades

[...] de um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico; de um lugar reservado a poucos, tornou-se um lugar para o maior número possível de pessoas; de um bem direcionado ao aprimoramento de indivíduos, tornou-se um bem cujo beneficiário é o conjunto da sociedade e, ainda, transformou-se em mais um recurso do desenvolvimento social e econômico dos países, submetendo-se as mesmas leis políticas e econômicas [...]. (ZABALZA, 2004 apud ISAIA, 2006, p.66).

Analisando tal contexto, segundo Santos (2004) com a transnacionalização do mercado universitário, resultado visível do impacto da crise institucional, há a proliferação das universidades virtuais e do ensino a distancia. Onde as tecnologias são utilizadas como instrumentos pedagógicos para o ensino e a aprendizagem. “Esta transformação é responsável por mais uma desigualdade ou segmentação no conjunto global das universidades, a fractura digital.” (SANTOS, 2004, p.50). Para este autor, o que ainda não ficou claro é em que intensidade estas transformações afetarão a pesquisa, formação e a extensão universitária.

A articulação de um mercado educativo global, especialmente através das universidades na America Latina. Uma das principais estratégias para viabilizar este processo é a educação a distância, através da venda de pacotes tecnológicos e/ou implantação de universidades virtuais, parceiras de universidades americanas e européias. Neste projeto se articulam as empresas dos países centrais, principalmente a IBM, Microsoft, as empresas da mídia, como Time-Warner, e os organismos internacionais, num mercado

que envolve 4 milhões de professores, 80 milhões de alunos e 320 mil estabelecimentos escolares. (COGGIOLA, 1998 apud LIMA, 2002, p.61).

Percebe-se que a educação é um setor bastante lucrativo, pois se este não o fosse os donos do capital não se interessariam tanto pelos investimentos no mesmo. Leher (2003) denuncia a internacionalização dos serviços educacionais em que grandes grupos educacionais locais associam-se a outros grupos internacionais, formando grandes redes espalhadas por todo o país. E para que os empresários estejam bem amparados quanto à certeza do lucro dos seus investimentos “[...] empresários do ensino acabam sendo convocados por governos neoliberais a administrar o sistema público, como se não houvesse aí conflito de interesses”. (LEHER, 2003, p.91).

Desta forma, com o domínio do aparato privado e de posse do poder público, os grandes empresários usarão da mais pura lógica neoliberal ao seu favor: o livre mercado e não intervenção do Estado. Universidade, indústria e mercado serão adequadas a este sistema, tornando-se muito visível a lógica de que o “Taylorismo e Fordismo estão associados à produção de massa de produtos standardizados e escoados em mercados em expansão.” (CATTANI, 1997, p.248).

Incorporada a dinâmica da economia e do mercado, a educação tornou-se mercadoria. E aos profissionais que atuam neste campo, foi preciso aprender a trabalhar com as normas vigentes neste setor. Onde prevalecem os interesses do consumo em massa, de acordo com as tendências e demandas solicitadas pelos consumidores. Os cursos universitários são abertos de acordo com as necessidades determinadas pelo mercado, a forma de avaliação dos mesmos também passa a ser controlada pelas exigências dos clientes, que buscam pagar pouco, por serviços de qualidade, sem se ter grandes esforços para a obtenção de seus diplomas.

Já nos atuais tempos de capitalismo transnacional, nos quais a chamada especialização flexível (SENNETT, 2004, p.53 apud ZUIN, 2006, p.936) exige mudanças no processo educacional/formativo, de tal modo que capacitem o trabalhador a adquirir habilidades necessárias para acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas, recrudescer, concomitantemente, a preocupação dos governos que representam países de um baixo índice de estudantes universitários formados, tal como no caso do Brasil. É neste contexto que se insere o escopo do governo brasileiro de criar o programa Universidade Aberta do Brasil e os cursos de formação universitária a distância, tais como os cursos de pedagogia e de administração. (ZUIN, 2006, p.936-937).

Fica evidente, que a nova postura vigente, ou a ser adquirida pela Universidade, e pelas demais instituições de ensino superior deve ser a de:

[...] formar profissionais e gerar tecnologias e inovações que sejam colocadas a serviço do capital produtivo. Nessa ótica capitalista, só é produtiva a universidade que vincula sua produção às necessidades do mercado, das empresas e do mundo do trabalho em mutação, ou seja, subordinada sua produção acadêmica formal e concretamente as demandas e necessidades do mercado e do capital. (DOURADO et al, 2003, p.19).

Atualmente, a universidade tem deixado seus valores históricos e legítimos para que possa sobreviver dignamente na atual sociedade capitalista. A grande pergunta no contexto deste processo de transformações obrigatórias é como conciliar a formação ética, pautada em valores voltados para a formação de um cidadão atuante na sua sociedade, com as exigências produtivas, econômicas e sem compromisso social e ético do mercado? Este, portanto, é o desafio que se apresenta a universidade no contexto atual; ser a instituição que possa ser reconhecida como órgão capaz de fazer a diferença no meio de iguais.

O caso da Universidade Aberta do Brasil – UAB

A Universidade Aberta do Brasil - UAB, foi criada pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), cujo objetivo é desenvolver a educação a distância, para que se possa expandir e interiorizar a oferta de cursos e os programas de educação superior no país.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. (CAPES, [20--]).

A equipe integrante da UAB, em cada IES – Instituição de Ensino Superior é composta da seguinte estrutura: coordenação geral, adjunta, de curso, de tutoria, de pólo, professores formadores e conteudistas, e de tutores a distância e presenciais. Além de equipes que atuam nas áreas de comunicação, tecnologia, financeira, administrativa, produção e revisão de material, e avaliação.

No caso deste trabalho, o foco será voltado para as funções desempenhadas por professores e tutores na UAB. Estes profissionais trabalham diretamente com os alunos, tanto

de forma virtual como presencial. Relacionaremos a seguir as atividades desempenhadas por tal categoria, somadas a s condições em que realizam o seu trabalho.

O professor pode exercer a função de conteudista ou formador, o primeiro é o responsável pela elaboração do material didático do seu curso de uma disciplina específica, e das questões a serem colocadas nas provas virtuais e presenciais feitas pelos alunos que integrarão um banco de dados. O segundo fica responsável por ministrar os momentos presenciais, que ocorrem duas vezes durante o curso da sua disciplina em momentos distintos: a aula presencial, com duração de 8 horas aula e os seminários com duração de 4 horas aula. Além de assistir os alunos nos fóruns e chats, corrigir as provas escritas e online, elaborar roteiros de estudos e lançar as notas nos diários de classe online. Para estes profissionais é exigido o título de mestre ou doutor. De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, art. 9, para atuar como professor há as seguintes exigências, e a sua remuneração é a seguinte:

IV - Professor-pesquisador: professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior. O valor da bolsa a ser concedida é de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, enquanto exercer a função, de acordo com o Artigo 2º Inciso IV da Lei No 11.273/2006 (Professor/Pesquisador I). Aquele que não comprovar essa experiência, mas que tenha formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou vinculação a programa de pós-graduação, de mestrado ou doutorado, receberá bolsa no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, de acordo com o Artigo 2º Inciso III da Lei No 11.273/2006 (nova redação dada pela lei 11.502 de 2007 artigo 4º) e ficará vinculado como Professor/Pesquisador II. (BRASIL, 2009).

O tutor dentro da UAB, também tem atividades múltiplas. Geralmente os cursos tem seis disciplinas, em que este tem que assessorar um grupo em torno de vinte alunos ou mais em todas estas disciplinas do curso, ele trabalha ao lado do professor formador destas disciplinas. As funções do tutor além do seu conhecimento também são polivalentes. Este auxilia na correção de trabalhos e provas, participa dos fóruns e chats das disciplinas junto com o professor tirando dúvidas dos alunos e dando total suporte em relação ao conteúdo. Elabora planilhas sobre as notas e frequências dos alunos. Como a UAB tem muitos pólos, não há professores suficientes para estar atuando presencialmente em todas as cidades, visto que cada disciplina conta com dois encontros presenciais por semestre.

O primeiro encontro tem o objetivo expor todo o conteúdo a ser estudado durante o período, no segundo encontro há um seminário sobre o conteúdo estudado, dependendo do curso o seminário pode ser avaliativo ou não. O tutor, na impossibilidade da presença do professor, deve se preparar para ministrar tanto a aula presencial de 8 horas, quanto o seminário de quatro horas aula, e deve ter conhecimento do conteúdo de todas as disciplinas do curso.

Segundo a Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, art. 9, para ser tutor na UAB são necessárias as seguintes exigências:

V - **Tutor:** profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação. O valor da bolsa a ser concedida é de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, enquanto exercer a função. Cabe às IPES determinar, nos processos seletivos de Tutoria, as atividades a serem desenvolvidas para a execução dos Projetos Pedagógicos, de acordo com as especificidades das áreas e dos cursos. (BRASIL, 2009).

Diante destas questões sobre o trabalho docente observamos que estes profissionais têm que acumular diversos saberes, o domínio do conteúdo a ser estudado, e no caso do tutor o domínio do conteúdo de todas as disciplinas do curso mesmo daquelas que não fazem parte da sua área de atuação. Domínio das tecnologias de informação, dos softwares, ferramentas e programas utilizados, da linguagem específica para o público em questão, eficiência na correção de provas e trabalhos, visto que na educação à distância os prazos são muito curtos. Domínio de salas de aula lotadas com até cinquenta alunos por turma, sem contar com a precária falta de estrutura dos pólos presenciais, onde ocorrem as aulas, visto que são as prefeituras locais as responsáveis pela manutenção e equipamento dos pólos. Desta forma, somam-se a estes novos desafios emergentes a capacidade de lidar com os mesmos, juntamente com as velhas questões e problemas enfrentadas pela classe dos profissionais da educação historicamente: baixos salários, precárias condições de trabalho, prazos apertados e falta de estrutura física dos prédios escolares.

O pagamento em troca dos serviços prestados é feito através de bolsas. Com o recebimento da bolsa ocorre a precarização do trabalho despenhado pelos profissionais que atuam na EAD (Educação Aberta a Distância). Assim não há o vínculo empregatício entre trabalhador e instituição, e se não há o vínculo, não há direito a carteira assinada,

conseqüentemente perde-se o direito as férias, seguro-desemprego, décimo terceiro salário, licença maternidade, licença para tratamento de saúde. Dentro da UAB, os trabalhadores bolsistas não têm direitos caso adoçam, tenham filhos, ou precisem de férias regulamentadas. Diante da exposição destas questões, fica evidente que dentro deste modelo e para “[...] esse novo mundo de produzir parece estar resultando num aumento do controle sobre o trabalhador e numa intensificação do seu trabalho, em lugar de simplesmente ampliar-lhe a autonomia.” (CASTRO, 1995, p.27, grifo nosso.)

Conforme Cavalcanti (2009) o tutor vive um processo de precarização semelhante ao professor presencial que trabalha três turnos; e em mais de uma escola e para várias séries; tem mensalmente pilhas de provas, trabalhos e cadernetas a serem preenchidas e entregues no prazo; não tem condições de conhecer e acompanhar os seus alunos; ganha pouco e ainda é responsabilizado pelo fracasso do desempenho escolar que as estatísticas revelam. Dessa forma tutor e professor presencial são vistos como os soldados rasos, o baixo clero do sistema educacional, de quem se cobra muito e se paga pouco.

Assim, diante de tantas dificuldades, e das exigências de múltiplos saberes e habilidades, salários baixos, e sem a existência de vínculo empregatício, fica a pergunta: porque profissionais com experiência profissional e qualificação optam por trabalhar nesta modalidade de ensino?

A resposta é bem simples, diante dos altos índices de desemprego, falta de oportunidades, e escassez de instituições para a atuação, a educação a distância torna-se como uma nova possibilidade para a categoria. Pois, podem conciliar seu trabalho oficial e regulamentado com as garantias trabalhistas em outras instituições com as atividades da EAD. Ou para aqueles profissionais, geralmente no início de carreira que não tiveram oportunidades para se inserirem no mercado de trabalho, atuar na educação a distância é um meio de sobrevivência. E para sobreviver e complementar a renda diante de tantas dificuldades vivenciadas no mundo do trabalho. Mesmo com boa titulação, os trabalhadores vêm-se obrigados a aceitarem as condições a eles impostas pelas novas configurações trabalhistas. Ou seja, a UAB tornou-se possível, porque as relações de trabalho foram precarizadas e flexibilizadas, porque a educação tornou-se mercadoria.

Considerações finais

Em tempos de banalização do trabalho docente, vivenciamos volumosos índices de desemprego, tanto para pessoas com alto nível de escolaridade, quanto para o grupo de trabalhadores com pouca escolaridade, observamos que nem mesmo a educação, escapou da precarização das relações trabalhistas e empregatícias, prova deste fato é a proliferação dos cursos à distância, auxiliados pelas políticas dos organismos internacionais para a expansão do ensino superior no Brasil. Ao se transformar o contexto educacional, conseqüentemente há a transformação dos modelos vigentes para uma melhor adequação a nova lógica educacional, prevalecendo a racionalidade econômica do mercado. E dentro desta nova racionalidade transformam-se também as relações trabalhistas vigentes.

O profissional que atua neste modelo de ensino, e mais precisamente que está inserido na Universidade Aberta do Brasil-UAB, necessita e deve aceitar as condições de trabalho determinadas pela mesma: sem vínculo empregatício, sem carteira assinada, férias, seguro desemprego, auxílio doença ou possibilidade de afastamento para tratamento de saúde, ou mesmo sem a certeza de se receber o seu pagamento em uma data fixa.

Fica bem claro, que as relações trabalhistas vigentes neste modelo resumem-se a uma única premissa: o direito do trabalhador em receber apenas a sua bolsa, como cumprimento das funções por ele desempenhadas, e nada mais.

Na atual conjuntura, essas relações trabalhistas são muito bem vindas tanto para a classe trabalhadora quanto para os empregadores. Pois, ambas as partes se “beneficiam” do processo estabelecido. Os empregadores contratando mão-de-obra especializada com salários muito abaixo do mercado e sem possuir qualquer vínculo ou responsabilidade trabalhista com seus funcionários. E os profissionais participam deste acordo devido a necessidade de complementação da sua renda, ou mesmo por esta ser a sua única fonte de renda, como alternativa ao desemprego.

O desemprego e a precarização do trabalho docente tem agora novas configurações, abarcando agora os chamados info-proletários. Surgem novas configurações para temas e questões antigas (exploração, desvalorização, precarização, flexibilização) ainda não superados no campo das relações do mundo do trabalho. Incorporando nesta temática a educação, que se tornou mercadoria, seguindo a lógica perversa do capital, e do mercado cada vez mais excludente e seletivo.

THE IMPACTS OF POLICIES TO EXPAND HIGHER EDUCATION AND ITS IMPACT ON LABOR RELATIONS IN DISTANCE EDUCATION: FLEXIBILITY AND PRECARIOUSNESS OF TEACHING.

ABSTRACT: *This article aims to make a brief statement about the commodification of higher education, the policies of its expansion, and the implications of such a process. Such measures ultimately treat education as a commodity. In the current context of labor relations more flexible distance education is becoming increasingly necessary to meet the demands of these new configurations of the working world. An alternative applicable in the current neoliberal context.*

KEYWORDS: *Higher education. Flexible. Distance education. Work.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 26**, de 5 de junho de 2009. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009. Brasília, 5 jun. 2009. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao_fnde_n26.pdf>. Acesso em 11 mai. 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 11 mai. 2010.

CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. In: _____. (Org.). **A máquina e o equilibrista**: inovações na indústria automobilística brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p.17-49.

CATTANI, A. D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: EDURGS, 1997.

CAVALCANTI, A. S. C. O barateamento da educação: uma abordagem sobre a tutoria no contexto da resolução FNDE nº 26/2009. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 6., 2009, São Luís. **Anais...** São Luiz: UEMANET, 2009. Disponível em: <http://www.uemanet.uema.br/artigos_esud/60273.pdf>. Acesso em: 11 maio 2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. **O que é Universidade Aberta do Brasil**. Brasília, [20--]. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6:o-que-e&catid=6:sobre&Itemid=18>. Acesso em: 11 maio 2010.

DOURADO, L. F. et al. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: Dourado, et al. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003. p.17-30.

ISAIA, S. M. A. Desafios á docência superior: pressupostos a considerar. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. **Docência na educação superior**. Brasília: INEP, 2006. p.65-86.

LEHER, R. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: In: DOURADO, et al. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003. p.81-93.

LIMA, K. R. S. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002. p.41-63.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZUIN, A. A. S. Educação a distância ou educação distante? o programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.96, p.935-954, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300014>. Acesso em: 11 maio 2010.